

HABEAS CORPUS Nº 548.944 - RJ (2019/0358472-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MONICA KEMP BORGES DE MIRANDA - RJ068137
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : CARLOS ALEXANDRE DA SILVA PAES BRAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS ALEXANDRE DA SILVA PAES BRAGA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0009169-58.2018.8.19.0007).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pelo juízo singular, às penas de 6 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 70 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I, do Código Penal (e-STJ, fls. 22/31).

Inconformada, ambas as partes apelaram, e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso defensivo e proveu o ministerial para aplicar o regime inicial fechado (e-STJ, fls. 10/21), por acórdão assim ementado:

CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO QUALIFICADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. PENAS-BASE. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. QUALIFICADORAS. AFASTAMENTO DO PORTE DE ARMA. DESCABIMENTO. REGIME PRISIONAL. MODIFICAÇÃO. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO. DETRAÇÃO E CUSTAS. PRETENSÕES QUE DEVEM SER DEDUZIDAS AO JUÍZO DA VEP.

As provas dos autos não deixam a menor dúvida de que o recorrente efetivamente praticou o delito de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo, descrito na peça acusatória, não havendo como ser acolhido o pedido de absolvição formulado pela Defesa.

Nenhum reparo há de ser feito, também, nas penas- base

aplicadas ao recorrente, fixadas suficientemente acima do mínimo legal, em 8 (oito) meses.

Quanto ao requerimento de afastamento da qualificadora relativa ao emprego de arma de fogo, em virtude da não apreensão e realização de perícia, o mesmo não deve prosperar. Ocorre que o depoimento das testemunhas é seguro e cristalino quanto ao uso da arma de fogo pelo recorrente, tornando a perícia dispensável para caracterização da causa de aumento prevista no artigo 157, §2º, inciso I, do Código Penal.

Em relação ao pedido de modificação do regime prisional, merece prosperar apenas o recurso ministerial, uma vez que as circunstâncias judiciais do artigo 59 da Lei Penal são desfavoráveis ao recorrente Carlos Alexandre, sendo o regime fechado o que melhor se amolda aos ditames do artigo 33, §3º e §2º, alínea 'b', do mesmo diploma legal.

Inviável, também, o pedido de atenuação do regime prisional pelo reconhecimento da detração, com base no artigo 387, §2º, do Código de Processo Penal. Cabe ao Juízo da Execução Penal analisar se o condenado preenche os requisitos objetivos e subjetivos para a concessão do benefício, sendo ele, portanto, o competente para apreciação do referido pleito, consoante o preceituado no artigo 112 da Lei nº 7.210/84.

A condenação do recorrente no pagamento das custas processuais é decorrência lógica e direta da sucumbência, tal como previsto no artigo 804 do Código de Processo Penal. A isenção do pagamento das custas é de ser deduzida na época própria, perante o Juízo das Execuções.

Não há como se deferir ao apelante o direito de recorrer em liberdade. Assim é porque ele permaneceu custodiado durante o desenvolvimento do processo. Portanto, é de se manter a sua prisão na fase recursal, até porque a segregação decorre, hoje, de novo título, ou seja, de sentença condenatória, que já denota um juízo de certeza da sua culpabilidade.

Por fim, quanto ao alegado prequestionamento, inexistente qualquer violação às normas constitucionais e infraconstitucionais suscitadas.

**DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO E PARCIAL
PROVIMENTO DO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

Na presente impetração (e-STJ, fls. 3/8), a defesa sustenta haver constrangimento ilegal na exasperação da pena-base com fundamento inidôneos,

pois baseados em elementos inerentes ao próprio tipo penal.

Por fim, uma vez reduzida a pena-base, afirma que o paciente faz jus ao regime inicial semiaberto.

Requer, liminarmente, a aplicação de regime inicial semiaberto e, no mérito, a fixação da pena-base no mínimo legal e a confirmação do pedido liminar.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção dos pacientes.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento, notadamente se considerada a aplicação da pena-base acima do mínimo legal, pela existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, o que justifica a fixação de regime inicial mais gravoso, nos termos do previsto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos os autos, dispensei informações. Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator